

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

BRUNO JOSÉ MARTINS PEIXOTO

A INSERÇÃO CHINESA NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Uma Análise à Luz da Teoria da Dependência

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

Uberlândia

2025

BRUNO JOSÉ MARTINS PEIXOTO

A INSERÇÃO CHINESA NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Uma Análise à Luz da Teoria da Dependência

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

UBERLÂNDIA

2025

BRUNO JOSÉ MARTINS PEIXOTO

A INSERÇÃO CHINESA NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Uma Análise à Luz da Teoria da Dependência

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Filipe Almeida do Prado Mendonça – Professor Doutor Adjunto (UFU)

Isabela Marques Caetano - Mestre em Relações Internacionais (UFU)

Laís Benevenuto de Azevedo – Professora Substituta e Mestre em Relações Internacionais (UFU)

Débora Figueiredo Mendonça do Prado – Professora Doutora Adjunta (UFU)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão ao meu orientador, Professor Filipe Mendonça, por me aceitar como seu orientando, oferecendo sua orientação e paciência.

A todos os professores que cruzaram o meu caminho ao longo da graduação, meu sincero agradecimento pelos ensinamentos e por me inspirarem a buscar sempre mais conhecimento.

À minha família, meu porto seguro e a base de tudo. Ao meu pai, Januário, e à minha mãe, Maria Helena, por todo o amor incondicional, apoio irrestrito e por acreditarem em mim em todos os momentos. À minha companheira, Nicole Mendes Sathler, por sua parceria, compreensão e por ser a minha maior incentivadora. À minha avó, Geny Oliveira, por sua sabedoria e carinho.

Aos meus amigos, Milena, Samuel, Lucas, Vinícius, Rafael, Maria Eduarda, João Victor, João Henrique, Vitor, Gabriel, Paulo, Mateus, Alan e Sicília, e a todos os companheiros do grupo "Tribo", minha eterna gratidão pela amizade, pelas risadas, pelos momentos de descontração e pelo apoio incondicional. Vocês foram essenciais para tornar essa jornada mais leve e prazerosa.

Aos meus filhotes, Lola, Cookie, Kinder, Ferrero e Pudim, que com sua presença carinhosa trouxeram alegria e leveza aos meus dias, sendo um refúgio de paz em meio à intensidade da vida acadêmica.

E finalmente à Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, por oferecer uma formação de excelência e proporcionarem o ambiente ideal para meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

Resumo

Este estudo investiga a inserção chinesa no setor elétrico brasileiro entre 2008 e 2023, analisando a natureza desses investimentos, suas formas de inserção e os impactos econômicos, tecnológicos e geopolíticos decorrentes. Utilizando a perspectiva crítica da Teoria da Dependência, especialmente conforme formulada por Theotonio dos Santos, a pesquisa examina se esses investimentos contribuem para a modernização tecnológica e a expansão da capacidade nacional ou reforçam padrões históricos de subordinação. A hipótese central é que, apesar dos benefícios imediatos, como o influxo de capital e a modernização de ativos, as ações das empresas estatais chinesas tendem a reproduzir relações assimétricas que limitam a autonomia decisória do Estado brasileiro e comprometem sua soberania energética no contexto de reconfiguração das disputas geopolíticas no sistema internacional. O estudo também incorpora a Teoria do Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein para contextualizar a ascensão da China como um novo contendente hegemônico e suas implicações para países periféricos como o Brasil. Os resultados sugerem que, embora os investimentos chineses ofereçam ganhos de curto prazo, eles podem perpetuar vulnerabilidades estruturais, destacando a necessidade de uma compreensão matizada das dinâmicas de dependência contemporâneas.

Palavras-chave: Investimentos chineses, Setor elétrico brasileiro, Teoria da Dependência, Teoria do Sistema-Mundo, Geopolítica, Soberania energética.

Abstract

This study investigates the Chinese insertion into the Brazilian electric sector between 2008 and 2023, analyzing the nature of these investments, their forms of insertion, and the resulting economic, technological, and geopolitical impacts. Employing the critical perspective of Dependency Theory, particularly as formulated by Theotonio dos Santos, the research examines whether these investments contribute to technological modernization and national capacity expansion or reinforce historical patterns of subordination. The central hypothesis is that, despite immediate benefits such as capital inflow and asset modernization, the actions of Chinese state-owned enterprises tend to reproduce asymmetrical relations that limit the Brazilian state's decision-making autonomy and compromise its energy sovereignty within the context of reconfiguring geopolitical disputes in the international system. The study also incorporates Immanuel Wallerstein's World-System Theory to contextualize China's rise as a new hegemonic contender and its implications for peripheral countries like Brazil. The findings suggest that while Chinese investments offer short-term gains, they may perpetuate structural vulnerabilities, highlighting the need for a nuanced understanding of contemporary dependency dynamics.

Keywords: Chinese investments, Brazilian electric sector, Dependency Theory, World-System Theory, Geopolitics, Energy sovereignty.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ISI: Industrialização por Substituição de Importações

FMI: Fundo Monetário Internacional

EUA: Estados Unidos da América

RPC: República Popular da China

PCC: Partido Comunista Chinês

ONU: Organização das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	12
2.1 SISTEMA MUNDO.....	13
3. INSERÇÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	15
3.1 POSIÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	17
3.2 RELAÇÕES BRASIL E CHINA.....	19
4. SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO.....	25
4.1 INSERÇÃO CHINESA NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO.....	26
5. DESCONEXÃO RELATIVA.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
7. REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a presença da China no cenário internacional passou por um processo de notável expansão, marcado por uma crescente projeção geoeconômica em países do Sul Global. No contexto latino-americano, e particularmente no Brasil, essa presença se manifestou por meio de investimentos diretos estrangeiros em setores estratégicos, com destaque para o setor elétrico. A partir da crise financeira global de 2008, a internacionalização das empresas estatais chinesas se intensificou, direcionando grandes quantidades de capital a áreas fundamentais à infraestrutura nacional, como geração, transmissão e distribuição de energia. (Hiratuka, 2019).

Este artigo tem como objeto de pesquisa a inserção chinesa no setor elétrico brasileiro entre os anos de 2008 e 2023, com o objetivo de analisar a natureza desses investimentos, suas formas de inserção e os impactos econômicos, tecnológicos e geopolíticos decorrentes. A escolha do setor elétrico se justifica por seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional, a segurança energética e a soberania do Estado, além de ser um dos principais alvos do capital chinês no Brasil, conforme apontado por relatórios do AidData (2023) e estudos de autores como Hiratuka (2019) e Nascimento e Leite (2025).

A partir da perspectiva crítica da Teoria da Dependência, sobretudo conforme formulada por Theotonio dos Santos, o trabalho busca investigar se esses investimentos têm contribuído para a modernização tecnológica e a ampliação da capacidade nacional, ou se reforçam padrões históricos de subordinação, caracterizados pela frágil integração produtiva, baixa exigência de transferência de tecnologia e centralização decisória por parte de empresas estrangeiras. Essa abordagem permite analisar como a dependência contemporânea se manifesta não apenas por meio da dominação formal, mas por mecanismos econômicos estruturais que mantêm os países periféricos subordinados a interesses externos, mesmo quando esses se originam de potências emergentes como a China. (Dos Santos, 1978).

Nesse sentido, o estudo propõe examinar se os investimentos chineses no setor elétrico brasileiro contribuem para uma estratégia de desenvolvimento autônomo ou se configuram como parte de uma nova forma de dependência econômica e tecnológica. Responder à seguinte pergunta: Em que medida os investimentos chineses no setor elétrico brasileiro entre 2008 e 2023 têm contribuído para a consolidação de uma nova forma de dependência econômica e tecnológica no Brasil, reforçando vulnerabilidades estruturais do país? A hipótese central é a de que, apesar dos benefícios imediatos associados à entrada de capital e à

modernização de ativos, a atuação das empresas estatais chinesas tende a reproduzir relações assimétricas que limitam a autonomia decisória do Estado brasileiro e comprometem sua soberania energética, em um contexto de reconfiguração das disputas geopolíticas no sistema internacional.

2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A teoria da dependência emergiu na América Latina na década de 1960 como uma crítica contundente à teoria do desenvolvimento linear e à visão neoclássica que via o atraso econômico como fruto exclusivo de fatores internos. Com raízes nas críticas estruturais iniciadas por Raúl Prebisch e Celso Furtado na CEPAL - que observaram a deterioração dos termos de troca e a crescente desigualdade entre os países centrais e periféricos - a dependência ganhou força como explicação dos mecanismos de subdesenvolvimento mantidos por relações de poder internacional (Dos Santos, 2008).

Dos Santos incorpora à teoria, elementos do marxismo para explicar por que o subdesenvolvimento não era uma etapa a ser superada, mas uma condição estrutural imposta pelo próprio funcionamento do capitalismo global. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as potências imperiais vigentes que dominaram o mundo até o fim da Primeira Guerra Mundial entram em declínio. Esse fato relacionado com a ascensão hegemônica dos EUA levaram a reorganização global apoiada pelo FMI, Banco Mundial e integração internacional sob a liderança norte-americana descrita pelo por Dos Santos com uma nova forma de dominação imperialista (Dos Santos, 2008).

Nesse contexto, os países latino-americanos buscaram promover o desenvolvimento econômico por meio da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI), conforme as diretrizes propostas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (Dos Santos, 2008). Essa estratégia consistia na substituição progressiva de bens manufaturados importados por produtos fabricados internamente, com o objetivo de reduzir a dependência externa, fomentar a industrialização e fortalecer o mercado interno. A ideia central era que, ao proteger e incentivar a produção nacional por meio de políticas como tarifas alfandegárias, subsídios e investimentos estatais em infraestrutura, os países periféricos conseguiriam romper com o padrão de especialização em exportação de commodities e promover um processo autônomo de desenvolvimento industrial (Coronel, 2010).

No entanto, tal estratégia revelou-se limitada, pois manteve a dependência de capitais, tecnologias e mercados externos. Assim, o fracasso desse modelo impulsionou uma reflexão

crítica sobre as causas estruturais do subdesenvolvimento. Apesar de reconhecer os benefícios da CEPAL - principalmente na identificação da divisão entre centro e periferia - Theotonio dos Santos aponta que os economistas cepalinos subestimaram o caráter estrutural da dependência. Acreditavam que o subdesenvolvimento era uma etapa superável, e que o progresso técnico e o crescimento econômico bastariam para alcançar o desenvolvimento. Os teóricos da dependência, por sua vez, argumentam que o subdesenvolvimento é produzido e reproduzido pelas relações de dominação do sistema capitalista mundial. Em outras palavras, o desenvolvimento dos países centrais está diretamente ligado à manutenção do subdesenvolvimento nos países periféricos. Essa inversão conceitual é um dos marcos centrais da teoria (Dos Santos, 2008).

Com isso o Dos Santos apresenta três formas históricas de dependência, a dependência colonial que é baseada na dominação direta e na extração de excedentes via exploração de recursos naturais e mão-de-obra escravizada. A dependência financeira e comercial, típica do século XIX, é baseada na exportação de produtos primários e na dívida externa. E a dependência tecnológica e industrial, característica do pós-guerra, quando a industrialização é comandada por empresas transnacionais, que impõem padrões tecnológicos, comerciais e culturais aos países periféricos. Essa tipologia mostra que a dependência evolui e se adapta às formas de reprodução do capital internacional, sem desaparecer (Dos Santos, 2008).

Theotonio dos Santos também introduz a noção de superexploração do trabalho, desenvolvida mais adiante por Ruy Mauro Marini. Na periferia, a valorização do capital só é possível porque os trabalhadores recebem salários inferiores ao necessário para a sua reprodução, o que garante uma taxa de lucro artificialmente elevada. Essa superexploração permite a transferência contínua de valor para os países centrais, via remessa de lucros, royalties e juros. Essa dinâmica evidencia que, longe de serem "atrasados", os países dependentes cumprem uma função estratégica na acumulação capitalista global, sendo funcionalmente subordinados à lógica do centro (Dos Santos, 2008).

2.1 SISTEMA MUNDO

A teoria do Sistema-Mundo foi desenvolvida pelo sociólogo Immanuel Wallerstein a partir da década de 1970, como uma alternativa às teorias do desenvolvimento que analisavam os países de forma isolada. Diferentemente dessas abordagens, Wallerstein propõe que a unidade fundamental de análise não é o Estado-nação, mas sim um sistema histórico e

interdependente que articula todos os países do globo em uma única economia capitalista - o chamado sistema-mundo moderno (Wallerstein, 2005).

Segundo Wallerstein, o sistema-mundo capitalista emergiu na Europa Ocidental por volta do século XVI, com a expansão marítima e o início da acumulação primitiva de capital. Desde então, esse sistema se expandiu geograficamente até cobrir todo o planeta, organizando os territórios em uma divisão tripartite: o centro, que concentra capital, tecnologia e alto valor agregado; a periferia, especializada na produção de bens primários e mão de obra barata; e a semiperiferia, que ocupa uma posição intermediária e funcional para a estabilidade do sistema (Wallerstein, 1979).

A lógica de funcionamento do sistema-mundo baseia-se na produção desigual e combinada, ou seja, na manutenção de assimetrias estruturais que garantem a transferência de excedente da periferia para o centro. As relações de exploração não ocorrem apenas dentro dos países, mas entre regiões, por meio de trocas desiguais, financeirização e dependência tecnológica. Assim, o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural produzida e reproduzida pelas dinâmicas do próprio sistema mundial (Wallerstein, 2001).

O sistema-mundo não é apenas uma estrutura econômica, mas também política e cultural, pois sustenta formas de dominação simbólica, legitimações ideológicas e intervenções estratégicas que garantem a centralidade das potências dominantes (Arrighi, 1996). A hegemonia dentro do sistema, segundo Wallerstein, é cíclica: ela passa de uma potência para outra, como ocorreu com os Países Baixos no século XVII, com o Reino Unido no século XIX e com os Estados Unidos no século XX (Wallerstein, 2001).

Esses ciclos são marcados por reconfigurações tecnológicas, geopolíticas e institucionais, e por momentos de instabilidade em que novas potências disputam a liderança global. Nesse sentido, a ascensão da China e outras potências emergentes pode ser interpretada como um novo ciclo de disputa hegemônica no interior do sistema-mundo (Arrighi, 1996; Wallerstein, 2005).

A teoria do sistema-mundo tem forte diálogo com a Teoria da Dependência latino-americana, especialmente em sua crítica às estruturas globais de dominação. Ambas as abordagens compartilham a visão de que a inserção subordinada dos países periféricos no mercado mundial dificulta o desenvolvimento autônomo e aprofunda a dependência produtiva, tecnológica e financeira. Dos Santos observa que a posição periférica da América Latina foi reforçada durante a globalização neoliberal, pois as reformas liberalizantes

integraram as economias locais ao mercado mundial em condições ainda mais desfavoráveis (Dos Santos, 2008; Wallerstein, 2005).

3. INSERÇÃO CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a China assim como outros países no leste asiático mergulharam em uma Guerra Civil envolvendo partidos que tinham influência das duas grandes potências que viriam a ser as protagonistas da Guerra Fria que tomaria o mundo nas próximas décadas. Com a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, Mao Zedong do Partido Comunista Chinês (PCC) anunciava o surgimento da chamada Nova China (Visentini, 2011). Ao longo de três décadas marcadas por instabilidade, o país conseguiu reafirmar sua soberania e consolidar um papel político relevante no cenário internacional, culminando com sua inclusão como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), em um contexto de crescente normalização das relações diplomáticas com a comunidade internacional. Nas três décadas subsequentes, a China implementou um modelo de desenvolvimento complexo e dinâmico, que não apenas transformou profundamente sua estrutura interna, mas também provocou impactos significativos nas dinâmicas econômicas e geopolíticas globais (Visentini, 2011).

Nascia a Novíssima China, um Estado cujo modelo político-econômico os grandes especialistas encontram imensa dificuldade em definir. Um país cuja importância internacional pode ser avaliada pela solicitação de parceria econômica feita em Pequim, em 2009, pela Secretária de Estado Hillary Clinton, em um tom que contrastava vivamente com a arrogância da administração George W. Bush. Ao mesmo tempo, a economia e a diplomacia chinesas conseguem estabelecer relações aparentemente sustentáveis com a periferia em desenvolvimento, particularmente com a África, em uma perspectiva que ultrapassa a simples esfera comercial ou diplomacia de influência a ela associada (Visentini, 2011).

A partir do contexto da Guerra Fria (1945–1989), observa-se a emergência de formas mais articuladas de cooperação entre países em desenvolvimento, bem como a criação de espaços institucionais voltados à consolidação da chamada cooperação Sul-Sul. Esse processo foi impulsionado por diversos fatores, entre os quais se destacam os movimentos de descolonização na Ásia e na África, o intervencionismo das grandes potências, a disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética e a conformação dos regimes internacionais da época. Esses elementos compuseram o ambiente normativo e político no qual se estruturaram boa parte das iniciativas e organizações voltadas à cooperação entre países do Sul Global (Ramanzini, Ayerbe, 2015).

Até o início da década de 1960, a República Popular da China (RPC) priorizava questões relacionadas à sua segurança nacional, em razão do caráter ainda incipiente da revolução, da fragilidade de sua economia e de um contexto internacional amplamente desfavorável (Visentini, 2011). Nesse período, a permanência no bloco soviético era considerada essencial para alcançar tais objetivos estratégicos. Entretanto, entre o início dos anos 1960 e a década de 1970, o foco do Partido Comunista Chinês (PCC) deslocou-se para a busca de maior autonomia e independência. A China aprofundou seu processo de industrialização por meio do deslocamento de plantas industriais para regiões remotas do interior do país, como parte de uma estratégia de resistência diante da possibilidade de um conflito com a União Soviética (Medeiros, 1999).

No início da década de 1970, a economia chinesa caracterizava-se por uma limitada capacidade de importação, acompanhada de uma elevada dependência externa no que se refere ao abastecimento de alimentos. Nessas condições, a aceleração da taxa de crescimento econômico e do investimento industrial - considerados objetivos estratégicos - tornava-se diretamente condicionada à ampliação da capacidade produtiva dos setores de bens de consumo e de alimentos (Medeiros, 1999). A China e os Estados Unidos iniciaram um processo de reaproximação estratégica, motivado por interesses comuns na contenção da influência soviética em solo chinês. Essa aliança anti soviética permitiu à China assumir o assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, marcando a normalização de suas relações diplomáticas com grande parte da comunidade internacional. Tratava-se do fim de um prolongado período de isolamento e marginalização no cenário global. Simultaneamente, encerrava-se um ciclo interno de instabilidade, com o término da Revolução Cultural e o abandono do maoísmo centrado na luta de classes (Visentini, 2011).

Com a morte de Mao Zedong, em 1976, o grupo reformista dentro do Partido Comunista da China (PCC) passou a ganhar maior protagonismo, consolidando-se sob a liderança de Deng Xiaoping. Ao final da década, o novo comando do partido introduziu um conjunto de reformas econômicas que inauguraram uma abertura externa seletiva e a adoção de novos paradigmas de desenvolvimento, marcando o início de uma profunda transformação na trajetória da China contemporânea (Visentini, 2011).

A prioridade da China passou a ser a modernização nacional, com foco em quatro áreas estratégicas: indústria, agricultura, ciência e tecnologia, e forças armadas. Para alcançar tais metas, o governo chinês optou por adotar uma política de reformas econômicas internas, abrir-se ao dinamismo da emergente revolução tecnológica e integrar-se ao movimento de crescimento liderado pelos chamados "gansos asiáticos". Simultaneamente, buscou extrair benefícios econômicos e geopolíticos da aproximação com os Estados Unidos, aproveitando o

contexto de distensão internacional então vigente. Adicionalmente, a normalização das relações com o Japão, concretizada em 1978, representou um passo crucial para que Pequim iniciasse o desmonte gradual da chamada "Pax Americana" na Ásia – uma ordem regional que, até então, mantinha separados os dois principais países do continente. No entanto, os Estados Unidos interpretaram essa nova conjuntura unicamente à luz de seus próprios interesses estratégicos, sem antecipar os possíveis desdobramentos futuros de tal política (Visentini, 2011).

É de conhecimento público a trajetória chinesa desde então. Entre 1978 e 2019 sua taxa real média de crescimento do PIB foi de 9,1%. A renda per capita acompanhou similar taxa de crescimento (9,0), saindo de US\$ 280, em 1980 para US\$ 8827, em 2018. Entre 1982 e 2011 a taxa de investimentos x PIB foi de 36,9% e desde 2004 esta taxa opera acima da casa dos 40% (World Bank Data). Desde 2013 é o país com maior volume de comércio exterior no mundo, gerando efeitos generalizados sobre a oferta e demanda de todos os países do mundo. O país já o maior credor líquido do mundo. Em outras palavras, a trajetória chinesa desde 1978 seguiu roteiro interessante e se caracterizou pela transformação do país em uma potência comercial, industrial e financeira. (Jabbour, Dantas, Vadel, 2021).

3.1 POSIÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL

O Brasil, desde o período colonial, sempre manteve uma inserção internacional pautada na exportação de produtos primários, especialmente de base agrícola e mineral. No entanto, ao longo do século XX, sobretudo a partir da Era Vargas e da consolidação das teses cepalinas, observou-se uma inflexão importante: o desenvolvimento econômico passou a ser concebido como um objetivo de longo prazo, centrado na industrialização e na ampliação do mercado interno como estratégia para superar a dependência externa e romper com os ciclos de vulnerabilidade associados à especialização primário-exportadora (Pereira, Silva, Larruscaim, 2023).

A Grande Depressão dos anos 1930 marcou o início de uma nova etapa na divisão internacional do trabalho, caracterizada pelo esgotamento do modelo liberal-exportador e pela emergência de estratégias nacionais voltadas à industrialização por substituição de importações (ISI). Esse processo, contínuo e estrutural, foi interpretado como uma resposta à crise do comércio internacional e à necessidade de autonomia produtiva. No caso brasileiro, tal mudança dialoga diretamente com a tese da dualidade estrutural proposta por Celso Furtado, segundo a qual convivem, dentro da mesma economia, setores modernos e arcaicos; uma dinâmica que se aprofundaria ao longo do desenvolvimento industrial orientado pelo mercado interno (Bielschowsky, 1988)

A crise financeira enfrentada pelo Brasil na década de 1980 evidenciou os limites do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações e no esforço de industrialização promovido entre as décadas de 1950 e 1970. Essa crise, refletida de forma aguda no balanço de pagamentos, levou à revalorização das exportações como instrumento fundamental para garantir a estabilidade macroeconômica e viabilizar o crescimento. A busca por saldos comerciais positivos passou a ser vista como estratégia para compensar os sucessivos déficits em transações correntes, ao mesmo tempo em que revelava o potencial competitivo do país no comércio internacional. Apesar da predominância, em valores, das exportações de bens manufaturados desde meados dos anos 1960, a estrutura exportadora brasileira manteve uma dependência significativa de produtos primários. Essa tendência se intensificou a partir de 2010, quando as commodities voltaram a liderar a pauta exportadora brasileira, posição que conservaram ao longo da década seguinte (Pereira, Silva, Larruscaim, 2023).

Apesar de ter promovido uma relativa diversificação de sua pauta exportadora e de ter adotado uma postura mais aberta ao comércio internacional a partir da década de 1990, o Brasil não conseguiu converter sua inserção nas cadeias globais em ganhos significativos de desenvolvimento econômico. Os dados sugerem que o desempenho das exportações brasileiras, embora ligeiramente acima da média mundial - com crescimento médio de 6,1% entre 1980 e 2018 -, não se traduziu em uma expansão equivalente do produto interno bruto. No mesmo período, enquanto o comércio global de bens e serviços cresceu em média 5,4% ao ano e o PIB mundial aumentou 3,5%, o crescimento médio do PIB brasileiro foi de apenas 2,4% (IMF, 2019). Tal discrepância indica que o comércio exterior, embora importante, não tem sido suficiente para impulsionar de forma sustentada o crescimento da economia brasileira, refletindo limites estruturais em sua forma de inserção internacional (Pereira, Silva, Larruscaim, 2023).

O boom das commodities ocorrido nos anos 2000 - amplamente associado à aceleração do crescimento chinês, fenômeno conhecido como “efeito China” - impulsionou de forma significativa a demanda internacional por produtos primários. Esse cenário favorável resultou em uma forte ampliação da produção e das exportações de commodities pela economia brasileira, especialmente nas áreas de mineração, petróleo, grãos e carnes. A valorização dos preços internacionais desses bens gerou efeitos positivos sobre a balança comercial e o ingresso de divisas, mas também reforçou a reprimarização da pauta exportadora e a dependência da economia nacional em relação à demanda externa por bens de baixo valor agregado (Hirutaka, 2012).

3.2 RELAÇÕES BRASIL E CHINA

O aumento dos investimentos diretos de empresas chinesas em diversas regiões do mundo consolidou a posição da China como principal parceiro econômico de numerosos países, especialmente em economias em desenvolvimento. Esse movimento foi acompanhado por um acirramento da competição internacional, à medida que o gigante asiático passou a ocupar mercados tradicionalmente dominados por um número restrito de países produtores de bens intensivos em tecnologia. A ascensão da China no comércio global e nos fluxos de investimento produtivo desafiou a divisão internacional do trabalho estabelecida nas últimas décadas, gerando tensões comerciais e reposicionamentos estratégicos por parte de economias centrais e periféricas (Braga, Matos, 2025).

Esse processo de crescente internacionalização da economia chinesa foi significativamente intensificado com o lançamento da iniciativa *One Belt, One Road* (ou "Nova Rota da Seda"), em 2013. O projeto, concebido como uma estratégia geoeconômica e geopolítica de longo prazo, tem como objetivo principal ampliar e consolidar os laços comerciais da China, sobretudo com países situados ao longo de suas rotas terrestres e marítimas, por meio da construção de ferrovias, portos, estradas e outras obras de infraestrutura estratégica (Keane; He, 2024).

Entre os países que mais se beneficiaram com a expansão da demanda chinesa por bens e com o aumento dos fluxos de investimentos para o exterior, destaca-se o Brasil. Desde 2009, a China tornou-se seu principal parceiro comercial, desempenhando um papel central na dinâmica do comércio exterior brasileiro. A combinação entre o vigor da demanda chinesa por commodities e a modernização tecnológica do agronegócio nacional impulsionou expressivamente as exportações brasileiras, especialmente de soja, minério de ferro, petróleo e carnes. Como resultado, houve não apenas uma intensificação do intercâmbio econômico entre os dois países, mas também um estreitamento dos laços diplomáticos e estratégicos. Esse processo tem despertado crescente atenção da comunidade acadêmica brasileira, resultando em uma vasta produção de estudos voltados à análise da economia chinesa, dos investimentos diretos e das implicações estruturais dessa parceria para o desenvolvimento brasileiro (Braga, Matos, 2025).

Recorre-se à teoria da dependência por esta oferecer uma abordagem histórico-estrutural e comparativa que permite uma compreensão mais abrangente das interações entre diferentes sistemas econômicos no contexto do capitalismo contemporâneo,

especialmente em contraste com outros paradigmas das relações internacionais. Diversos autores têm destacado a relevância e a atualidade de certos pressupostos da teoria da dependência para a análise das relações econômicas e geopolíticas entre países centrais e periféricos, mesmo diante da narrativa dominante de que tal perspectiva teria perdido validade com o avanço da globalização neoliberal nos anos 1990. Assim, apesar de críticas e revisões, a teoria da dependência permanece uma ferramenta analítica fecunda para compreender as persistentes assimetrias nas relações internacionais (Agbebi; Virtanen, 2017; Starling, 2020).

Nesse sentido, a grande contribuição dos teóricos da dependência foi dar um passo adiante da mera constatação da existência de assimetrias e desigualdades das relações econômicas entre formações sociais soberanas, para também analisar as relações de dominação e subordinação econômicas e políticas entre várias formações sociais capitalistas ou não, bem como buscar apreender como essas relações impactam os processos políticos e econômicos internos a cada uma dessas, após as mesmas se tornarem nações independentes, uma vez rompido o “pacto colonial” (Braga, Matos, 2025).

Entre as contribuições mais relevantes dessa corrente destacam-se: a análise integrada entre fatores internos e externos; o emprego de uma abordagem histórico-estrutural; a perspectiva comparativa; e a ênfase nos efeitos das relações internacionais sobre a organização interna das formações sociais, com especial atenção ao papel do Estado e à conformação de seus aparelhos institucionais (Cardoso, 1975). Estudos recentes têm se dedicado a aprofundar e atualizar os fundamentos da teoria da dependência, identificando novas fases nas relações de subordinação econômica que refletem as transformações estruturais ocorridas a partir das reformas pró-mercado - amplamente disseminadas sob a agenda neoliberal - implementadas por diversos países periféricos e centrais ao longo dos anos 1990 (Fiori, 1995; Saes, 2007). Tais análises também incorporam os impactos dos novos padrões tecnológicos e das transformações nos regimes de acumulação de capital característicos do capitalismo global contemporâneo, sugerindo que a dependência se manifesta de formas renovadas, ainda que mantenha aspectos centrais de subordinação e vulnerabilidade externa (Braga; Matos, 2025).

Após as reformas neoliberais implementadas ao longo da década de 1990, consolidou-se uma nova etapa no desenvolvimento econômico e político das relações de dependência, a qual denominam “novíssima dependência”, caracterizada pela intensificação da transferência de ativos dos países periféricos para os países capitalistas centrais e pela apropriação, muitas vezes violenta ou militarizada, de recursos naturais por parte das potências hegemônicas, especialmente em regiões como o Oriente Médio e o continente africano (Fiori, 1995; Saes, 2007).

A China de maneira semelhante ao que já se observou em outros exemplos de sucesso de industrialização tardia na Ásia, tem imposto importantes desafios teóricos à abordagem da dependência, bem como a outras perspectivas analíticas sobre o desenvolvimento econômico. Essa experiência tem exigido a atualização e o aprofundamento do paradigma dependencista, especialmente diante de trajetórias de desenvolvimento que, apesar de inseridas na lógica do sistema capitalista global, conseguiram combinar inserção internacional ativa com certo grau de autonomia estatal e capacidade de formulação estratégica (Bresser-Pereira et al., 2020; Katz, 2020; Starling, 2020).

Esse paradigma tem sido considerado limitado e, em certa medida, ultrapassado para a compreensão da experiência chinesa, especialmente devido à ênfase que confere aos obstáculos estruturais impostos pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala global, os quais, segundo essa perspectiva, inviabilizaria a possibilidade de que países periféricos alcancem níveis de desenvolvimento semelhantes aos dos países capitalistas centrais - o chamado processo de *catch up* (Kufakurinani, 2017).

A trajetória da China caracteriza-se pela construção de um Estado não-dependente, na medida em que o país foi bem-sucedido em estruturar, ao longo do tempo, um sistema institucional e uma coalizão política e social capaz de sustentar um projeto nacional de desenvolvimento. Esse arranjo político excluiu, de forma deliberada, do núcleo do processo decisório estatal e da coalizão governante, frações das elites internas que mantinham vínculos estreitos de associação e subordinação ao capital estrangeiro, rompendo, assim, com uma das marcas estruturais dos Estados dependentes (Amin, 2014). Esse processo permitiu que a China experimentasse um intenso crescimento econômico, especialmente após a virada para o século XXI, ao combinar de forma estratégica a abertura ao mercado externo com políticas de fortalecimento do Estado como agente planejador e indutor do desenvolvimento. Essa combinação favoreceu a construção de uma economia competitiva no cenário global, ao mesmo tempo em que possibilitou o estabelecimento de relações econômicas mais equilibradas com os países do capitalismo central, diferentemente do padrão de subordinação típico das economias periféricas (Keane; He, 2024).

De todo modo, no caso das regiões menos desenvolvidas, há autores que chamam a atenção para o fato de que, em que pesem as assimetrias de natureza econômica, entre a China e os países com os quais estreitou relações bilaterais, inclusive o Brasil ... essas assimetrias não são suficientes para caracterizar a China como uma potência expansionista no sentido convencional (Braga; Matos, 2025).

No Brasil, durante a fase da “nova dependência” (meados dos anos 1950 ao fim dos anos 1970), combinou-se um processo de industrialização acelerada com uma crescente

subordinação ao capital estrangeiro. Inicialmente, no governo JK, houve tentativas de romper com as potências hegemônicas e até mesmo com o FMI. No entanto, após o golpe militar de 1964, a dependência externa se intensificou, culminando na crise da dívida externa nos anos 1980 (Belluzo; Galipolo, 2019).

Atualmente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. Essa relação caracteriza-se, sobretudo, pela atuação do gigante asiático como principal destino dos recursos naturais brasileiros de base extrativista, ao mesmo tempo em que se consolida como fornecedora de produtos manufaturados. Tal dinâmica tem exercido influência significativa sobre o desempenho produtivo nacional, especialmente no que se refere à indústria de transformação (Almeida, Pires e Leite, 2022). A aproximação política e econômica entre Brasil e China remonta à década de 1970, tendo sido formalizada com o restabelecimento das relações diplomáticas em 1974. No entanto, foi apenas a partir do início dos anos 2000 que o relacionamento econômico bilateral passou por um processo de intensificação e consolidação. Nesse primeiro momento, o aumento da interação entre as economias de ambos os países representava uma oportunidade estratégica para o Brasil, ao favorecer a expansão de sua base produtiva, o acesso a novos mercados externos e a inserção junto a um novo contingente de consumidores em potencial (Almeida, Pires e Leite, 2022).

Nos anos 1990, durante o processo de renegociação da dívida externa - marcado pela adesão ao Plano Brady em 1994 - consolidou-se o que diversos autores passaram a denominar “novíssima dependência” (Fiori, 1995; Saes, 2007; Souza, 2021). As chamadas “reformas pró-mercado”, implementadas nesse período, priorizaram o ajuste fiscal e a liberalização econômica, resultando em um modelo de desenvolvimento com baixa capacidade de formação de capital físico nas economias periféricas. O foco deslocou-se para o aumento da eficiência microeconômica das empresas existentes, promovendo um “enxugamento” produtivo. Como consequência, houve forte retração da importância do setor industrial nacional, que, durante a fase da “nova dependência”, compunha - junto às estatais e ao capital estrangeiro - o tripé que sustentava o desenvolvimento econômico brasileiro (Martins, 1979).

A partir da década de 1990, o Brasil passou a se especializar na exportação de produtos primários como uma estratégia de dinamização econômica. Esse processo ganhou força especialmente no século XXI, com destaque para a expressiva expansão do agronegócio e das exportações de minérios e insumos de baixo valor agregado, consolidando um padrão de inserção internacional baseado em vantagens comparativas tradicionais (Braga; Matos, 2025). Nesse contexto, as transformações na ordem econômica mundial - com destaque para a ascensão da China - constituem fatores externos centrais para explicar as mudanças na

economia brasileira. Se, por um lado, essas transformações possibilitaram o aumento das receitas públicas e o acúmulo de reservas internacionais, especialmente com o boom das commodities, por outro, não estimularam o crescimento da indústria nacional nem incentivaram a diversificação produtiva ou o aumento da complexidade econômica do país (Braga; Matos, 2025).

Assim, sob a ótica da análise histórico-estrutural adotada, compreender o atual contexto das relações entre Brasil e China exige retomar o modelo de desenvolvimento dependente e associado consolidado durante os governos da ditadura militar. Nesse período, o endividamento externo - impulsionado por empréstimos a juros flutuantes - resultou na chamada “armadilha da dívida” (debt trap), que culminou na crise da dívida nos anos 1980 (Braga; Matos, 2025). Os processos de renegociação nos anos 1990, especialmente com a adesão ao Plano Brady, marcaram uma nova fase de subordinação às finanças internacionais. Essa dinâmica foi agravada pela capitulação dos governos Itamar e Fernando Henrique Cardoso (1992–2002) aos constrangimentos impostos pelos credores internacionais e seus aliados internos, o que limitou a autonomia do Estado brasileiro na condução de uma estratégia de desenvolvimento soberano (Fiori, 1995; Souza, 2021).

... se deve registrar que o Brasil era o país latino-americano em melhores condições de trilhar, na década de 1990, um caminho menos subordinado diante das “reformas orientadas para o mercado” que os credores e instituições financeiras internacionais (e seus subordinados no Brasil) demandavam (Braga; Matos, 2025).

Os governos posteriores, inclusive aqueles de orientação de centro-esquerda, mesmo diante de um cenário externo favorável na primeira década do século XXI, não souberam aproveitar adequadamente a janela de oportunidade aberta pelo expressivo acúmulo de reservas internacionais. Ao invés de promover uma inflexão estratégica, esses governos acomodaram-se a uma visão triunfalista sustentada pelo êxito aparente, porém de curta duração, do chamado “neodesenvolvimentismo social” (Braga; Matos, 2025). Esse modelo não foi acompanhado do fortalecimento das capacidades políticas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a sustentabilidade de longo prazo do esforço modernizante, comprometendo assim a construção de um projeto nacional mais autônomo e estruturado (Bresser-Pereira, 2015; Stumm; Nunes; Perissinoto, 2019). Assim, embora não se possa afirmar que houve um processo claro de desindustrialização durante os governos Lula, tampouco se verificou um crescimento industrial significativo ou um avanço na complexidade da estrutura produtiva brasileira. Ao contrário, foi justamente nesse período que se intensificaram as relações comerciais e econômicas com a China, sem que o governo

brasileiro adotasse contrapartidas estratégicas ou políticas industriais proativas que aproveitassem essa aproximação para promover a diversificação produtiva e a sofisticação tecnológica da economia nacional (Braga; Matos, 2025).

Dessa forma, de uma perspectiva estrutural-histórica, o caso brasileiro contrasta radicalmente com o caso da China, onde o Estado tem exercido um papel central e coordenador na inserção internacional do país (Braga; Matos, 2025). Desde as últimas décadas do século XX, a China direciona sua participação na economia mundial como produtora e exportadora de bens industrializados, buscando o fortalecimento interno por meio do controle estratégico de setores-chave e da promoção da tecnologia nacional. A partir de 2010, intensificou-se ainda mais sua atuação externa, com o aumento significativo das exportações de capitais por meio de investimentos diretos e indiretos em países da Ásia, África e América Latina, inclusive o Brasil (Amin, 2014; Jaguaribe, 2018; Schutte, 2020; Jabbour; Gabrielle, 2021).

O período inicial das relações comerciais entre Brasil e China resultou em efeitos positivos para o desempenho da balança comercial brasileira (Jenkins, 2015). Por outro lado, a consolidação da China como uma das principais produtoras globais de bens manufaturados tem gerado preocupações significativas em relação à concorrência com a produção nacional, especialmente devido à entrada massiva de produtos chineses no mercado interno (Hirutaka, Sarti, 2016).

Enquanto no período de 1990 a 2002 a taxa média de crescimento anual das exportações brasileiras foi de 5,6%, entre 2003 e 2008 esse índice saltou para 22%. Esse desempenho foi impulsionado, entre outros fatores, pelo aumento da demanda global por diversas commodities agrícolas e minerais - em grande medida estimulado pelo acelerado crescimento da economia chinesa - bem como pela elevação dos preços internacionais desses produtos, que compõem parte significativa da pauta exportadora brasileira (Hirutaka, Sarti, 2016).

Interessante notar que, quando se analisa o desempenho geral do comércio exterior brasileiro, é possível notar a influência direta e indireta do crescimento chinês, tanto nos fluxos de exportação como nos fluxos de importação. No caso das exportações, o efeito do crescimento chinês provocou tanto um aumento das quantidades exportadas quanto nos preços das exportações de um grande conjunto de commodities exportadas, não apenas pelo Brasil, mas para vários países da América Latina (Jenkins, 2011).

Nesse contexto, ao longo do período de intensificação das relações econômicas entre Brasil e China, observou-se um aumento significativo da presença chinesa na base produtiva brasileira. Esse movimento resultou na crescente incorporação de insumos de origem chinesa

nos processos produtivos nacionais, tendência que tem repercussões diretas sobre o desempenho da indústria de transformação, especialmente na sua competitividade e capacidade de geração de valor agregado (Almeida, Pires e Leite, 2022). Paralelamente, é importante destacar o crescimento expressivo da dependência brasileira em relação à exportação de insumos para o mercado chinês, o que reforça a percepção de vulnerabilidade externa e de subordinação à demanda internacional, especialmente no que se refere ao papel da China como principal destino das commodities brasileiras (Myers; Wise, 2017).

O aumento do fluxo de investimentos chineses direcionados a setores estratégicos, como o setor energético, tem contribuído não apenas para a ampliação da presença da China nessas áreas, mas também para a redução da produtividade em determinados segmentos da economia brasileira (Almeida; Pires; Leite, 2022).

4. SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO

Muitas razões impulsionaram o mundo a desenvolver e intensificar o uso de fontes renováveis de energia, como a crescente volatilidade dos preços do petróleo desde a década de 1970 e as sucessivas crises energética, climática, alimentar e financeira dos anos 2000. No Brasil, a crise energética que resultou em apagões em 2001 tornou urgente a diversificação da matriz energética nacional. Nesse contexto, a energia eólica e a energia solar passaram a ser objeto de estudos e investimentos (Nascimento; Leite, 2025). Como resposta institucional, o Governo Federal criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), por meio da Lei nº 10.438/2002, com gestão da Eletrobrás, visando fomentar o desenvolvimento dessas fontes alternativas e garantir maior segurança energética ao país (BRASIL, 2002; Lima, 2022).

Em 2003, com a posse do Governo Lula, o Brasil enfrentava um contexto delicado no que diz respeito à geração e ao fornecimento de energia, ainda marcado pelos efeitos da crise energética e dos apagões de 2001. Nesse cenário, o governo buscou atrair investimentos internacionais para o setor energético, mantendo um discurso desenvolvimentista. No entanto, essa estratégia foi acompanhada da continuidade de um modelo baseado na exploração intensiva de recursos naturais, reforçando o caráter extrativista da economia brasileira (Nascimento; Leite, 2025).

O Brasil ocupa atualmente a 6ª posição no ranking mundial de capacidade instalada de energia eólica, com 85% desses projetos localizados na Região Nordeste (ABEEólica, 2022; Agência Brasil, 2023). Além disso, projeções da consultoria alemã Roland Berger, divulgadas

em janeiro de 2023, indicam que o hidrogênio verde tende a se tornar a principal fonte de energia global, com potencial para movimentar R\$ 150 bilhões por ano no Brasil, sendo mais de 60% provenientes de exportações (Nascimento; Leite, 2025). Essa fonte energética vem sendo apresentada como uma alternativa promissora aos combustíveis fósseis, posicionando o Brasil como um possível protagonista na transição energética (Furtado; Paim, 2016).

Neste cenário, impulsionado pelo aprofundamento das relações econômicas entre Brasil e China no século XXI, observa-se o estreitamento dos laços bilaterais, com destaque para os investimentos chineses direcionados ao setor energético brasileiro. Relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) confirmam essa tendência, evidenciando que, entre os setores que mais atraíram capital chinês, a energia ocupa posição de destaque, tanto em volume de investimentos quanto em relevância estratégica (Cariello, 2021).

4. 1 INSERÇÃO CHINESA NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO

A internacionalização da economia chinesa ocorreu, prioritariamente, por meio da expansão de suas exportações. A participação do país no comércio internacional cresceu de uma média de 1,4% na década de 1980 para 4,3% em 2001, ano em que a China formalizou sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2010, esse percentual já ultrapassava 10%, refletindo um dinamismo sem precedentes e resultando em uma expressiva acumulação de reservas internacionais, que passaram de US\$ 2,2 bilhões em 1980 para US\$ 3,2 trilhões em julho de 2016 (Schutte; Debone, 2018).

A abertura econômica promovida por Deng Xiaoping, a partir de 1979, teve como uma de suas principais diretrizes a atração de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), inicialmente oriundos da diáspora chinesa e, posteriormente, provenientes de empresas transnacionais dos países centrais (Arrighi, 2008). A entrada de capital estrangeiro era considerada um elemento estratégico fundamental para a modernização da economia chinesa (Acioly, 2005). Paralelamente, foram implementadas políticas econômicas voltadas a estimular as empresas nacionais a absorver os investimentos das multinacionais dos países capitalistas avançados, com o objetivo de promover a incorporação de tecnologias, o aumento da produtividade e a inserção competitiva da China na economia global (Flassbeck, 2005).

Foi em 2001 que o vice-premiê Wu Bangguo anunciou a política que ficou conhecida como Go Global, posteriormente reafirmada como diretriz estratégica pelo então presidente

Wen Jiabao, em 2004. Na ocasião, durante o Congresso Nacional do Povo, Jiabao declarou a necessidade de acelerar a implementação dessa política e orientar os investimentos chineses para o exterior (Williamson; Raman, 2011). A partir desse momento, observou-se um crescimento expressivo dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) oriundos da China, o que levou o país a se consolidar como a segunda maior fonte mundial de IDE em volume, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (Unctad, 2017).

Após a crise financeira global de 2008, e especialmente com a ascensão de Xi Jinping à presidência da China em 2013, começou a tomar forma uma nova orientação econômica conhecida como *New Normal*. Embora esse conceito seja comumente associado à transição para um novo modelo de crescimento doméstico - com maior ênfase no consumo interno em detrimento dos investimentos intensivos, característica da fase anterior - ele também incorpora outras dimensões relevantes. Entre elas, destaca-se a valorização das questões ambientais e a manutenção do foco no desenvolvimento abrangente (*comprehensive development*), superando a lógica de crescimento puramente quantitativo. No entanto, um segundo pilar fundamental dessa nova política é a busca por uma inserção internacional mais ativa. Em 2014, considerando a conta de capitais como um todo, a China tornou-se, pela primeira vez, um exportador líquido de capitais. Já em 2016, o volume de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) emitidos pelo país superou, pela primeira vez, o total de investimentos produtivos recebidos (Schutte; Debone, 2018).

Dentro dessa estratégia de internacionalização do capital chinês, o Brasil passou a ocupar uma posição de destaque. Entre 2005 e 2016, o país figurou como o quarto principal destino dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) chineses no mundo, recebendo um volume acumulado de US\$ 45,6 bilhões, de um total global de US\$ 858,2 bilhões (Schutte, Debone, 2018). Dentre os setores prioritários, destacam-se aqueles ligados à energia - especialmente petróleo e eletricidade - que concentraram mais de dois terços do total dos investimentos chineses realizados no Brasil no período (CEBC, 2017).

A corrida pela descarbonização tornou-se um novo imperativo global diante da crise estrutural do capitalismo nos planos ambiental, climático, político e econômico. Embora a transição energética para matrizes de baixo carbono seja apresentada como solução para mitigar os impactos ambientais sem comprometer a lógica de produção capitalista, ela também tem servido para legitimar práticas predatórias e intensificar a disputa geopolítica por matérias-primas essenciais às energias renováveis (Nascimento, Leite, 2025). No Brasil, essa dinâmica se traduz na crescente estrangeirização de terras e no controle de territórios por empresas internacionais, que utilizam o discurso do desenvolvimento sustentável para

aprofundar a exploração de recursos naturais. A territorialização de complexos eólicos, solares e projetos minerais, aliada ao mercado de carbono e à demanda por baterias de lítio, exemplifica como a transição energética tem sido instrumentalizada por grandes corporações na consolidação de novas formas de acumulação baseadas na natureza (Nascimento, Leite, 2025).

É nesse contexto que a nova corrida pela transição energética no Brasil passa a incorporar de forma significativa a atuação do capital chinês, que se consolidou como um dos principais agentes estrangeiros no setor energético nacional (Nascimento; Leite, 2025). A State Grid Corporation of China (SGCC) foi a primeira grande empresa chinesa do setor energético a estabelecer operações no Brasil. Sua entrada no país ocorreu por meio da aquisição de diversas concessionárias de transmissão, majoritariamente pertencentes a grupos espanhóis. Posteriormente, a empresa venceu licitações para a construção de milhares de quilômetros de linhas de transmissão a partir da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em direção à região Sudeste. Sua mais recente e expressiva aquisição foi a CPFL Energia, uma das maiores companhias elétricas do Brasil (Tang, 2017).

A Sinopec estabeleceu presença no Brasil em 2004, marcando o início de uma nova fase de investimentos chineses no país. A empresa destacou-se ao liderar a construção do maior trecho do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), atualmente operado pela Transpetro, subsidiária da Petrobras (Schutte; Debone, 2018). Contando com o incentivo do Estado brasileiro - seja por meio de políticas públicas, benefícios fiscais, financiamento ou flexibilização ambiental - essas e outras empresas chinesas consolidaram presença significativa no território nacional. O Brasil tornou-se o principal destino internacional de seus investimentos no setor elétrico-energético: a State Grid concentra cerca de 48% de seus ativos no país, enquanto a China Three Gorges investe aproximadamente 60% de seu portfólio externo no mercado brasileiro (Nascimento; Leite, 2025).

Em 2010, o Brasil foi selecionado pela State Grid para receber seu primeiro grande investimento fora da Ásia (SGBH, 2017). Seguindo sua estratégia de combinar parcerias estratégicas para adquirir experiência com a compra de ativos de grandes companhias, a empresa assegurou participação significativa no mercado nacional. Nesse contexto, a State Grid Brazil Holding (SGBH) investiu, em dezembro daquele ano, US\$989 milhões na aquisição do controle de sete das doze empresas de transmissão pertencentes à Plena Transmissoras (Schutte; Debone, 2018).

De acordo com dados oficiais da companhia, ao final de 2012 a State Grid Brazil Holding já ocupava a quinta posição entre as maiores empresas de transmissão no Brasil. Em

2014, o consórcio IE Belo Monte - liderado pela SGBH (com 51% de participação) e formado em parceria com as subsidiárias da Eletrobras, Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%) - venceu o leilão para a construção da linha de transmissão de Belo Monte. Com investimento estimado em R\$ 5 bilhões, o consórcio assumiu a responsabilidade pela construção e operação da Linha de Transmissão Xingu-Estreito, com 2.092 quilômetros de extensão, capacidade de +800 kW e duas estações conversoras de energia, visando o escoamento da energia gerada no Pará para os centros de carga da região Sudeste (Schutte; Debone, 2018). Seguindo os passos da State Grid, a China Three Gorges (CTG) também definiu o Brasil como prioridade em sua estratégia de expansão internacional. Desde sua entrada no país, em 2013, por meio de uma parceria com a Energias do Brasil, a empresa estabeleceu alianças estratégicas com companhias de destaque no setor energético (Schutte; Debone, 2018).

A seguinte tabela apresenta as principais aquisições de ativos e empréstimos no setor elétrico no Brasil por parte de empresas e bancos chineses 2007-2021.

Empresa	Ano	Valores	Observação
CDB	2007	US\$ 356 milhões	O China Development Bank (CDB) contribui para um empréstimo sindicalizado de crédito ao comprador para a Fase C da Usina Termelétrica de Candiota, de 350 MW.
StateGrid	2010	US\$ 1,7 bilhões	A State Grid adquire 7 empresas Plena Transmissoras
CDB	2012	US\$ 175,6 milhões	O China Development Bank concede empréstimo à State Grid Brazil Holding S.A.
CTG	2014	-	A China Three Gorges (CTG) adquire 50% da hidrelétrica Santo Antônio do Jari (PA), 50% da

			hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (AP) e 33,3% da Hidrelétrica São Manoel (MT)
StateGrid	2014	-	A State Grid adquire 51% do consórcio IE Belo Monte
State Grid	2015	R\$ 7 bilhões	A State Grid investe em uma 2ª linha de transmissão na IE Belo Monte
CTG	2015	R\$ 1,9 bilhões	A CTG compra as usinas de Salto (GO) e Garibaldi (SC) de Triunfo Participações
China Eximbank	2016	US\$ 1 bilhão	O China Eximbank realiza empréstimo para o Petrobras Global Trading B.V. para investir em projetos
SPIC	2017	R\$ 8 bilhões	O State Power Investment Corporation (SPIC) se compromete a assumir parte da dívida da Hidrelétrica Santo Antônio
ICBC	2018	US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão	O Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) contribui para um empréstimo-ponte sindicalizado para o projeto de aquisição da Usina Hidrelétrica de São Simão, com 1710 MW.
China Construction Bank	2020	R\$ 90 milhões	O China Construction Bank concede empréstimo

			à Eneva
--	--	--	---------

Fontes: Formulação própria com base em dados Aid Data; CEBC; CGIT; Valor Econômico.

Em suma, fica claro a notável trajetória da internacionalização econômica da China, desde a sua ascensão como potência exportadora até se tornar uma das maiores fontes de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) global. A análise destacou como políticas estratégicas, como a "Go Global" e a "New Normal", impulsionaram a expansão do capital chinês, com um foco crescente na inserção internacional ativa. Particularmente, o Brasil emergiu como um destino crucial para o IDE chinês, especialmente no setor energético. A presença de empresas como State Grid e Sinopec no mercado brasileiro exemplifica a profundidade e a abrangência desses investimentos, que não apenas reconfiguram o cenário energético nacional, mas também sublinham a crescente influência da China na economia global e nas transições energéticas em países em desenvolvimento. (Schutte; Debone, 2018).

5. DESCONEXÃO RELATIVA

Samir Amin, criou o conceito de "desconexão" para criticar a forma como o capitalismo funciona no mundo. Ele argumentava que o sistema capitalista não é justo, pois divide o mundo em um "centro" rico e desenvolvido e uma "periferia" pobre e subdesenvolvida. Para Amin, essa divisão não é uma fase passageira; é uma característica permanente do sistema. Ele acreditava que, quando os países da periferia se integram à economia global, eles não se tornam autônomos, mas acabam sendo superexplorados e permanecem dependentes das nações ricas. (Amin, S, 1988).

A "desconexão" proposta por Samir Amin não significa isolamento, mas sim a rejeição da lógica do capitalismo global que perpetua a desigualdade. O conceito defende um novo internacionalismo, baseado na solidariedade e na luta contra a hegemonia capitalista. Amin argumentava que a desconexão é uma consequência inevitável do desenvolvimento desigual e uma condição essencial para o avanço do socialismo, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. (Amin, S, 1988).

A ideia central é colocar as prioridades nacionais e o bem-estar da população acima das demandas do mercado global. Isso não significa se isolar do mundo, mas sim mudar a forma como o país interage com a economia global. Para isso, é preciso que as políticas internas guiem as relações externas, e não o contrário. O país deve também retomar o controle de seus próprios recursos e capital para fortalecer sua economia interna. Além disso, em vez

de depender de poucos parceiros comerciais, a estratégia sugere diversificar as relações, especialmente com outras nações do Sul. Por fim, esse projeto só funciona com forte participação popular e democrática, garantindo que as decisões econômicas sejam tomadas em conjunto com a sociedade. (Amin, S, 1988).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada do século XXI marcou uma nova fase de inserção chinesa na economia internacional, conhecido por sua força exportadora de produtos manufaturados, o país tornou-se uma das maiores fontes de Investimentos Externos Diretos (IED), liderado, sobretudo, por conglomerados e empresas estatais, embora também conte com uma presença cada vez mais significativa de capital privado. Essas empresas atuam em um ambiente de concorrência oligopolista capitalista e, nesse sentido, podem ser analisadas por meio das mesmas categorias aplicadas ao estudo dos fluxos de investimentos produtivos liderados por multinacionais ocidentais. (Schutte; Debone, 2018). No entanto, existem diferenças relevantes, especialmente o fato de integrarem estratégias de médio e longo prazo do próprio governo chinês. Assim, a atuação das estatais chinesas está vinculada a um processo de expansão apoiado pelo Estado, inserido em uma disputa geopolítica e geoeconômica para ampliar sua influência e liderança, sobretudo na Ásia, América Latina e África. Dentro desse contexto, o Brasil figura como um dos principais países-alvo dessa estratégia (Schutte; Debone, 2018).

No caso chinês, observa-se a implementação, ao longo prazo, de um modelo de desenvolvimento associado e não-dependente, no qual a atração de capitais estrangeiros esteve articulada ao fortalecimento das capacidades estatais internas. Esse processo foi conduzido por elites dirigentes e coalizões governantes que permitiram à China superar sua condição anterior de país periférico e semicolonial, convertendo-se, em um curto período de tempo, em uma das maiores potências econômicas do mundo (Braga; Matos, 2025). Já o Brasil seguiu um caminho oposto, adotando, ao longo do tempo, um modelo de desenvolvimento dependente e de “associação subalterna” com potências hegemônicas. Durante os anos 1990, implementou reformas “pró-mercado” (neoliberais) que enfraqueceram as capacidades estatais e reduziram a força de suas empresas públicas. Esse processo foi conduzido por elites dirigentes e coalizões de interesses pouco comprometidas com estratégias e políticas voltadas para um desenvolvimento industrial e tecnológico acelerado e sustentável no longo prazo (Bresser-Pereira, 2015; Saes, 2017).

Essas trajetórias históricas distintas resultaram em intercâmbios comerciais, ao longo do século XXI, que ampliaram as assimetrias econômicas entre Brasil e China, ainda que tenham gerado ganhos mútuos, porém desproporcionais para cada país. Além disso, destaca-se que a associação subordinada de frações empresariais brasileiras com segmentos empresariais chineses não configurou relações de dependência - financeira ou de outra natureza - entre o Estado brasileiro e o Estado chinês, nem com autoridades econômicas internacionais a ele vinculadas (Braga; Matos, 2025). Diante desse contexto, considera-se fundamental analisar com atenção as possibilidades e janelas de oportunidades abertas às economias latino-americanas, especialmente ao Brasil, em suas relações com a China. Essa análise deve ser conduzida sem cair na apologia das práticas empresariais e comerciais expansionistas chinesas, mas também evitando demonizá-las, como frequentemente fazem, de forma sistemática, think tanks vinculados à potência anteriormente hegemônica na região (Braga; Matos, 2025).

Dessa ótica, recuperar de maneira criadora a ideia de desconexão (delinking) de Samir Amin parece produtivo, já que o estreitamento das relações com a China, acompanhado da desconexão relativa das potências tradicionais, talvez seja uma oportunidade para se tentar escapar dos limites impostos pelas fragilidades estruturais da situação de dependência (Amin, 1988; 2014; Souza, 2018; Liaudat; Sbattella, 2019). Segundo esta abordagem, a ideia de “desconexão” implica em fazer a dinâmica externa funcionar a favor do desenvolvimento interno, por meio da desvinculação dos ditames do mercado mundial, especialmente financeiro, e do fortalecimento das capacidades estatais que estimulem um desenvolvimento endógeno de maior qualidade nos países periféricos. Isso implica em afirmar que a atração de investimentos chineses poderia atuar como um elemento indutor de um desenvolvimento endógeno de maior qualidade e mais sustentável, conforme tem sido enfatizado por outros analistas. (Braga; Matos, 2025).

O fortalecimento de forças políticas comprometidas com a mobilização popular voltada a reformas sociais e à defesa do meio ambiente pode representar um dos principais ganhos da alternativa de “desconexão relativa”. Tal estratégia de desenvolvimento deve necessariamente incluir a preservação da Floresta Amazônica, o uso responsável das riquezas naturais e a proteção dos povos que nela vivem. No entanto, sua viabilidade depende da politização e do esclarecimento contínuo de parcelas crescentes da sociedade, bem como da consolidação e do aprimoramento da democracia no Brasil. Assim, combinados à tradição democrática pluralista do país, esses elementos poderiam sustentar um modelo brasileiro de social-desenvolvimentismo associado e não-dependente, capaz de promover um

desenvolvimento econômico mais sustentável e inclusivo, assim como visto na China no século passado (Braga; Matos, 2025).

7. REFERÊNCIAS

ABEEólica - **Associação Brasileira de Energia Eólica**. Disponível em: <<https://abeeolica.org.br>>.

ACIOLY, Luciana. **China: uma inserção externa diferenciada**. Economia Política Internacional –Análise estratégica. Nº 7, Out/dezembro, 2005.

AGBEBI, M.; VIRTANEN, P. **Dependency Theory - A Conceptual Lens to Understand China's Presence in Africa?** Forum for Development Studies, 44(3), 429-51. 2017. DOI: 10.1080/08039410.2017.1281161

Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>>.

AIDDATA. **Global Chinese Development Finance Dataset, Version 3.0**. Williamsburg, VA: AidData, 2023. Disponível em: <https://www.aiddata.org/data/global-chinese-development-finance-dataset-2000-2021>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ALMEIDA, Lucas Milanez de Lima; PIRES, Pedro Henrique Alves Feitoza; LEITE, Alexandre César Cunha. **Relações comerciais com a China e a desindustrialização brasileira entre 2000 e 2014: um estudo baseado na análise inter-regional do insumo-produto**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 63, p. 94–126, maio/ago. 2022.

AMIN, S. **La desconexión**. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1988.

AMIN, Samir. **A China é capitalista ou socialista?**. Argumentum, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 283-298, 2014. DOI: 10.18315/argumentum.v6i1.7784. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7784>

ARRIGHI, G. **O longo século XX Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século 21**. São Paulo, Boitempo, 2008

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. **A escassez na abundância capitalista**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 1988.

BRAGA, Sérgio; MATOS, Angelita. **As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência**. Caderno CRH, Salvador, v. 38, p. 1–19, 2025. DOI: 10.9771/ccrh.v38i0.54558. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xGhM8dJjNDrmxn7stcpmFwp/>>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; JABBOUR, E.; PAULA, L. F. D. **South Korea's and China's catching-up: a new-developmental analysis**. Brazilian Journal of Political Economy, 40, 264-284, 2020. Apr-Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3102>

CARDOSO, F. H. **Notas sobre Estado e Dependência. Cadernos Cebrap (11)** São Paulo: Cebrap. 1975. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/notas_sobre_o_estado_atual_dos_estudos.b.pdf

CARDOSO, F. H. **Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência**. 2º Seminário Latinoamericano para El Desarrollo. Santiago: Chile, FLACSO, 26-45. 19, 1970.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARRIELLO, Túlio. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.

Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). **Investimentos chineses no Brasil 2016**. São Paulo, 2017.

CORONEL, Daniel Arruda. **Resenha: O processo de substituição de importações** (Pedro Cezar Dutra Fonseca; Luiz Eduardo de Souza, orgs.). Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2 (n. 118), p. 357–358, abr./jun. 2010. DOI: 10.1590/S0101-31572010000200011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/SDdtg6WKGbfbFgkyS7Xv9Wz/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

FIORI, J. L. **A globalização e a novíssima dependência**. In: Fiori, J. L. Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FLASSBECK, Heiner. **China's spectacular growth since the mid-1990: macroeconomic conditions and economic policy changes**. In: United Nations. China in a globalizing world. New York/Geneva, 2005.

FURTADO, Fabrina; PAIM, Elisangela. **Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 26, e202416 en, 2024. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202416en. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/G4XcXrdtWm4vWqnshPnYmZn/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. **Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro**. Revista Tempo do Mundo, Brasília, v. 2, n. 1, p. 83–98, jan. 2016. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/50>. Acesso em: 31 jul. 2025.

HIRATUKA, C. et al. **Relações comerciais entre América Latina e China: caracterização da evolução recente**. In: BITTENCOURT, G. (Coord.) El impacto de China en América Latina: comercio e inversiones. Montevideo: Red Mercosur, 2012. p. 81-131. (Serie Red Mercosur, n. 20). Disponível em: [Disponível em: https://dusselpeters.com/54.pdf](https://dusselpeters.com/54.pdf)

HIRATUKA, C.; SARTI, F. **“Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil”**, Revista de Economia Política, v. 37, pp. 189-207, 2017.

HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil. In: Dussel Peters, E. (editor). **China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges**. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis Toribio; VADELL, Javier. **Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China**. Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais da PUC-Minas, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 90–105, dez. 2021. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2021v9.n3.p90.

JAGUARIBE, A. (Org.). **Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

JENKINS, R. H. Y. S. **“Is Chinese Competition Causing Deindustrialization in Brazil?”**, Latin American Perspectives, v. 42, n. 6, pp. 42-63, 2015

KATZ, C. **A teoria da dependência: 50 anos depois**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KEANE, J & HE, B. **China's galaxy empire**. Oxford: Oxford University Press. 2024.

KUFAKURINANI, U.; KVANGRAVEN, I.; STYVE, M. D.; SANTANTA, F. **Dialogues on Development**. V. 1: Dependency, 2017.

LIAUDAT, S.; SBATTELLA, J. A. **La teoría de la desconexión de Samir Amin. Una opción para Argentina frente a la crisis global**. Colihue, 2019.

LIMA, José Auricélio Gois. **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil**. [livro eletrônico]. Fortaleza: Editora da UECE, 2022.

MEDEIROS, C. **China entre os Séculos XX e XXI**. 1999. Disponível em: <<https://franklinserrano.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/medeiros-1999-china-xx-e-xxi.pdf>>.

MYERS, M.; WISE, C. W. **The political economy of China-Latin America relations in the new millennium: brave new world**. New York: Routledge, 2017.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre César Cunha. **Entre torres eólicas e fazendas solares: a presença do capital chinês na transição energética na região Nordeste do Brasil**. *Geosul*, Florianópolis, v. 40, n. 92, p. 67–98, jan./abr. 2025. DOI: 10.5007/2177-5230.2025.e103650. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/103650/59024>. Acesso em: 7 ago. 2025.

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO. Pensamento econômico brasileiro. São Paulo: Marxismo21, 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/11/Pensamento-Econômico-Brasileiro.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PEREIRA, Adriano José; SILVA, Guilherme Jorge da; LARRUSCAIM, Igor de Menezes. **Complexidade econômica e a estrutura produtiva brasileira: o padrão de exportação e o desenvolvimento econômico nacional no século XXI**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1–34, 2023. DOI: 10.1590/198055272717. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/KhfyXctzDZJ5k6jX6d6zWPj/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luís Fernando (orgs.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 178 p.

SAES, D. **Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência**. In: Nogueira, F. M. G.; Rizotto, M. L. (Orgs). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

SAWAYA, Rubens R. **China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói (RJ), v. 1, n. 28, p. 5–36, fev. 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/895>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DEBONE, Victor Sant’Anna. **A expansão dos investimentos externos diretos chineses: o caso do setor energético brasileiro**. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p. 90–114, out./nov. 2017. DOI: 10.22456/2178-8839.76332. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/76332/53212>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SGBH –STATE GRID BRAZIL HOLDING. *Demonstrações Financeiras 2016*. Publicado no **Valor Econômico**, 24/03/2017.

SGCC –STATE GRID CORPORATION OF CHINA. **White Paper on Green Development**. Shanghai: SGCC, 2010. _____. *CSR Report 2015*. Shanghai: SGCC, 2015.

SOUZA, A. M. **Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão**. Barcelona: XV Colóquio Internacional de Geocrítica, 7, 2018.

SOUZA, A. M. *Dependência e governos do PT*. São Paulo: Editora Appris, 2021.

STALLINGS, B. **Dependency in the twenty-first century?: The political economy of China-Latin America relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

STUMM, M.; NUNES, W.; PERISSINOTTO, R (2019). **Idéias, instituições e coalizões: as razões do fracasso da política industrial lulista**. *Revista de Economia Política* 39 (4) • Oct-Dec 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2978>

TANG, Charles A. **Investimentos chineses no setor energético brasileiro: oportunidades para o Brasil**. *Boletim Energético*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas (FGV), ago. 2017.

UNCTAD. **World Investment Report 2017**. Investment and the Digital Economy. Genebra: United Nations, 2017.

VISENTINI, Paulo G. F. **A novíssima China e o Sistema Internacional**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131–141, nov. 2011. DOI: 10.1590/S0104-44782011000400009.

WALLERSTEIN, I. **The capitalist world-economy Essays by Immanuel Wallerstein**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. **World-systems analysis: an introduction** Durham: Duke University Press, 2005.